

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA
EDUCAÇÃO BÁSICA - LASEB

Rita de Cássia Monteiro Tavares

AUXILIAR DE APOIO AO EDUCANDO: QUE FUNÇÃO É ESSA?

Belo Horizonte, 2019

Rita de Cássia Monteiro Tavares

AUXILIAR DE APOIO AO EDUCANDO: QUE FUNÇÃO É ESSA?

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação Inclusiva.

Orientadora: Professora Dra. Libéria Rodrigues Neves

Belo Horizonte, 2019

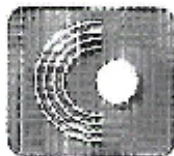
T231a Tavares, Rita de Cássia Monteiro, 1966-
TCC Auxiliar de apoio ao educando [manuscrito] : que função é
essa? / Rita de Cássia Monteiro Tavares. - Belo Horizonte, 2019.
47 f. : enc, il.

Monografia -- (Especialização) - Universidade Federal de
Minas Gerais, Faculdade de Educação.
Orientadora: Libéria Rodrigues Neves.
Bibliografia: f. 46-47.

1. Educação. 2. Educação especial. 3. Professores de
educação especial. 4. Educação de crianças. 5. Belo Horizonte
(MG) -- Educação. 6. Belo Horizonte (MG) -- Sistemas de escolas
municipais. 7. Funcionários de escolas.
I. Título. II. Neves, Libéria Rodrigues, 1972-.
III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de
Educação.

CDD- 371.9

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)
Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Curso de Especialização em Formação de Educadores para
Educação Básica

ATA DE DEFESA DO OCTINGENTÉSIMO QUINTO TRABALHO FINAL DO CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA EDUCAÇÃO BÁSICA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EDUCAÇÃO INCLUSIVA, PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS,
ACESSIBILIDADE. PRÁTICA EDUCATIVA

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, realizou-se, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, a apresentação do trabalho final de conclusão do Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica – com o título “Auxiliar de Apoio ao Educando: que função é essa?”, do(a) aluno(a) Rita de Cássia Monteiro Tavares. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Libéria Rodrigues Neves (orientador) e Marlene Maria Machado Silva. Os trabalhos iniciaram-se às 8h, atendendo a uma escala de apresentações definida pelo(a) orientador(a). Após a apresentação oral do trabalho, a banca examinadora fez uma arguição ao aluno(a). A banca se reuniu, em seguida, sem a presença do(a) aluno(a) e do público, para fazer a avaliação final. Em conclusão, a banca examinadora considerou o trabalho APROVADO, atribuindo-lhe a nota 65, conceito _____. O resultado final do trabalho foi comunicado ao aluno(a), que deverá encaminhar à Secretaria do curso a versão final em meio digital para (laseb@fae.ufmg.br) e submeter o trabalho salvo em formato PDF/A de acordo com as orientações da Biblioteca universitária da UFMG, Repositório Institucional (www.repositorio.ufmg.br). Nada mais havendo a tratar, eu, Luciana Gomes da Luz Silva, secretária do colegiado do curso, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada e pelos demais membros presentes. Belo Horizonte 07 de dezembro de 2019.

Aluno(a) Rita de Cássia Monteiro Tavares
Rita de Cássia Monteiro Tavares.

Registro na UFMG: 2018749123

Libéria Rodrigues Neves
Professor(a) Orientador(a)

Marlene Maria Machado da Silva
Marlene Maria Machado Silva
Professor(a) Convidado(a)/avaliador(a)

Luciana Gomes da Luz Silva
Luciana Gomes da Luz Silva
Secretária do Colegiado de Curso de Especialização
Em Formação de Educadores para Educação Básica

RESUMO

Diante da realidade que vivemos hoje, vem surgindo cada vez mais o aumento nas matrículas de alunos público alvo da Educação Especial nas escolas comuns da rede pública de ensino. Diante disto, se manifestou a necessidade de ter alguém que pudesse auxiliar ao docente durante as atividades escolares e uma nova profissão se fez necessária. E qual seria este profissional que pudesse amparar o aluno? Desde o seu surgimento dessa profissão, ela vem ganhando várias nomeações como: monitor, estagiário, acompanhante, auxiliar etc. Assim como as várias nomeações, a função deste profissional sofreu mudanças ao longo tempo, o que acaba por deixar os professores confusos e até mesmo inseguros diante de uma indefinição que não raro faz do ambiente da sala de aula um local conturbado. Este trabalho foi elaborado com o objetivo de se levantar concepções e informações acerca desta função na rede municipal de ensino de BH, especificamente na Educação Infantil, etapa onde tradicionalmente se trabalha com um/a “Auxiliar de sala”. Para tal foram utilizados questionários com professoras e profissionais de apoio aqui referidos como Auxiliar de Apoio ao Educando (AAE); bem como foram levantados materiais orientadores para tal função. Buscou-se com isso esclarecer de modo a minimizar os conflitos gerados pela falta de consenso em relação às funções destes profissionais.

Palavras-Chave: Educação Especial; Educação Infantil; Professores; Auxiliares de apoio ao educando.

ABSTRACT

Faced with the reality we are living today, there is an increasing number of matrices of public pupils targeted by Special Education in public schools. Given this, he must express the need for someone who can help him document during school activities and a new profession that was needed. And what is the possibility of a professional who can compare the student? Since her emergence from this profession, she has earned several nominations as: monitor, intern, escort, assistant etc. Like many appointments, a job function changes over time, or one that makes teachers confused and even insecure in the face of a blurring of the classroom environment in a local setting. This work was designed to raise concepts and information about this function in the municipal school of BH, specifically in early childhood education, a stage where traditionally works with a "Room Assistant". For this, questionnaires were used with teachers and support professionals - here they are as Teaching Support Assistant (SEA); as well as guiding materials for this function were raised. This sought to clarify in order to reduce the conflicts generated by the lack of consensus regarding the functions performed by professionals.

Keywords: Special Education; Child education; Teachers; Teaching aids.

SUMÁRIO:

1 INTRODUÇÃO	1
2 BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	4
3 OS RECURSOS HUMANOS DE APOIO À INCLUSÃO	12
4 AUXILIAR DE APOIO AO EDUCANDO: QUE FUNÇÃO É ESSA?	14
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
6 QUESTIONÁRIOS	20
6.1 O QUE DIZEM AS PROFESSORAS.....	20
6.2 O QUE DIZEM AS AUXILIARES.....	28
6.3 ALGUMAS ANÁLISES.....	37
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
8 REFERÊNCIAS	39

1 INTRODUÇÃO

Desde 1999 sempre trabalhei com a Educação Infantil, pois sempre tive uma fascinação em trabalhar com crianças, sua inocência, carinho, alegria e o modo cativante. Quando comecei a lecionar na rede particular, as salas não eram tão grandes e a quantidade de crianças por sala era pequena. E nesse quadro cheguei a trabalhar com uma criança com hidrocefalia e baixa audição. Apesar de ser uma escola particular, não havia nenhuma estrutura para acolher aquela criança, tanto que a própria família optou por retirá-la da escola, logo após a primeira semana. Depois disso apareceram alguns casos menos complexos, como baixa visão, entre outros, configurando assim as minhas primeiras experiências com alunos com deficiência.

Alguns anos depois, em 2006, fui trabalhar em uma creche conveniada com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. As salas eram pequenas, ao contrário da quantidade de alunos. Nesse período, recebi uma criança com dificuldades de locomoção. Nessa escola não tinha um monitor ou acompanhante, não havia nenhum apoio, fazia-se o que era possível em cada situação. Muitas vezes colocava a criança sentada em alguma cadeira bem próxima da minha mesa, e lá ela ficava, até que surgisse uma necessidade sua; ou quando era necessário sair da sala por causa da rotina. Quando era preciso trabalhar em outros espaços, era preciso que eu solicitasse alguma pessoa que por acaso estivesse passando por ali, para que me ajudasse ou chamasse alguém da direção, o que muitas vezes eu evitava fazer.

Em 2012, quando fui para rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, a realidade já era outra; havia muitas crianças com deficiência, as quais estavam distribuídas em quase todas as salas. A primeira turma com que trabalhei era composta por vinte crianças, sendo duas com deficiência, embora apenas uma delas apresentasse laudo médico. A primeira criança tinha uma defasagem intelectual para sua idade, baixa visão, e dificuldades para caminhar; a segunda, embora sem diagnóstico, apresentava uma suspeita de autismo.

Nessa turma havia na sala de aula uma acompanhante contratada para me auxiliar com as crianças. Eu ainda não havia trabalhado com uma Auxiliar dentro de sala e não tinha a mínima ideia de qual seria sua função. Não obtive informações sobre o trabalho dessa pessoa, e recebi apenas a frase: “ela vai ficar aqui para cuidar de fulano de tal”. E deu-se início ao trabalho.

Pode-se dizer que ela praticamente trabalhava sozinha com o aluno, e da forma como queria. Eu me sentia como se não soubesse cuidar do meu aluno, ou melhor, o aluno era

dela. Eu vivenciava a situação sem entender sua lógica, e passei a me questionar e a perguntar às minhas colegas de trabalho sobre qual seria de fato a função dessa profissional. Sem obter respostas satisfatórias, fui procurar essa informação junto à direção da escola, que apenas informou com a seguinte frase “ela está aí para cuidar de fulano”; sem maiores esclarecimentos.

Diante dessa falta de informação, foi possível perceber, a partir das falas de algumas colegas professoras, que nem todas as Auxiliares trabalhavam da mesma maneira ou tinham a mesma visão sobre o seu trabalho.

E assim foram se passando os anos sem que houvesse um consenso entre professores e Auxiliares em relação aos seus deveres. Não havia uma uniformidade nas informações e nem mesmo nas opiniões. Ora diziam ser a Auxiliar o apoio ao aluno com deficiência, sem ficar muito claro que tipo de apoio seria esse; ora diziam ser o apoio da professora para o trabalho com a turma (algo que tradicionalmente ocorre na Educação Infantil nas redes não públicas).

Com o tempo, também pude perceber diversas situações de atrito entre professoras e Auxiliares, geralmente relacionados ao fato dessas últimas não atenderem às demandas de sala e/ou das crianças com deficiência. Mas o que de fato seria atribuição dessa profissional? Seria ela apenas uma acompanhante da criança com deficiência? Caberia a ela decidir quais as necessidades da criança? Caberia intervir em aspectos pedagógicos do trabalho com a criança? Ou seria sua função auxiliar a professora com toda a turma, quando houver nesta, uma criança com deficiência?

Contar com o auxílio de uma profissional na sala de aula é um recurso muito importante para a efetivação de uma educação realmente inclusiva. Mas, sem a clareza do papel desse auxílio, muitas vezes essa função torna-se subutilizada, ou mesmo acaba provocando atritos, os quais em nada contribuem com a educação das crianças.

É nesse contexto que o presente trabalho foi idealizado. Partiu-se da hipótese da existência de divergências importantes na visão sobre qual seriam as reais funções da Auxiliar de Apoio ao Educando nas escolas da rede municipal de educação de Belo Horizonte. Interessa saber quais as perspectivas existentes por parte de professoras, Auxiliares e gestoras; quais os possíveis fatores envolvidos nessa divergência de informações e as consequências disso para a prática inclusiva; e em que medida o esclarecimento em relação a essa função pode contribuir para os processos pedagógicos das crianças com deficiência na educação infantil.

Para tal, foi necessário fazer um breve percurso na história da Educação Especial e da legislação que orienta esta modalidade de ensino, de modo a se compreender em que ponto desta história esta função surge. Em seguida, buscou-se resgatar como se deu o processo da política sobre a inclusão na Rede Municipal de Belo Horizonte, bem como a criação do profissional de apoio nesta rede.

Para falar da importância do papel do mediador escolar e para fundamentar esse estudo, buscou-se embasamento em vários teóricos como: Mousinho, Documentos oficiais que tratam da Educação Especial com perspectiva inclusiva como: SEB (Sistema Educacional Brasileiro), CNE (Conselho Nacional de Educação), CF (Constituição Federal), LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), PNEE (Portadores de Necessidades Educacionais), MEC (Ministério da Educação), UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciências e Cultura).

E por fim, como requisito parcial para a conclusão do curso de especialização do LASEB, foi desenvolvido um Plano de Ação na escola onde atuo com o objetivo de buscar uma definição para as funções desse profissional; o que incluiu levantamento de informações, socialização das mesmas e proposição de esclarecimentos.

Portanto este trabalho, em caráter de pesquisa qualitativa, foi realizado enquanto estudo de caso, capaz de contribuir para as questões presentes em outras escolas da mesma rede, as quais dizem respeito aos desentendimentos em relação às funções deste profissional. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica, pautada nos documentos citados, além da aplicação de questionários onde Auxiliares e professoras pudessem dizer do que sabem sobre esta função. Acredita-se que esta ação, aparentemente simples, em muito poderá contribuir para o trabalho, sobretudo na escola pesquisada.

2 BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Na antiguidade, em Roma e na Grécia antiga, as crianças com deficiência física, sensorial e mental eram consideradas sub-humanas, e muitas vezes eram abandonadas ou mortas.

Algumas passagens encontradas na literatura da época e na bíblia permitem analisar a sua natureza e procedimentos. De acordo com Aranha, 2005, havia dois agrupamentos sociais: a nobreza (senhores que detinham o poder social, político e econômico,) e o populacho (considerados sub-humanos, dependentes economicamente e propriedade dos nobres). Nesse período, o “valor” de um homem estava vinculado de acordo com os preceitos da nobreza, tal valor era baseado nas características pessoais ou na “utilidade” que o indivíduo poderia oferecer, dessa forma, a “pessoa diferente”, era praticamente exterminada por meio do abandono.

Ainda de acordo com a autora (ARANHA, 2005), não havia nenhum tipo de atendimento às pessoas com deficiência, pois se acreditava, a partir de uma visão religiosa, que estas pessoas estariam passando por uma espécie de limpeza já que eram consideradas impuras, não havendo nenhum embasamento científico para o desenvolvimento de noções reais. Nota-se nesse contexto, que a pessoa deficiente, era excluída em razão da sua deficiência, associada a uma “ineficiência”, pois, não seria “produtiva”. Assim, nada podia ser feito, e só restava a aceitação dessa condição.

Os indivíduos com deficiências, vistos como “doentes” e incapazes, sempre estiveram em situação de maior desvantagem, ocupando, no imaginário coletivo, a posição de alvos da caridade popular e da assistência social, e não de sujeitos de direitos sociais, entre os quais se inclui o direito à história da pessoa com deficiência e da Educação Especial em tempos de inclusão da educação. Ainda hoje, constata-se a dificuldade de aceitação do diferente no seio familiar e social, principalmente do portador de deficiências múltiplas e graves, que na escolarização apresenta dificuldades acentuadas de aprendizagem. (BRASIL, 2004).

Já no Cristianismo, através do fortalecimento da Igreja Católica, começou a surgir no cenário político um novo segmento: o clero. Assim como na Antiguidade, restava ao povo o trabalho, ao clero e a nobreza, o enriquecimento e o poder, já para as pessoas doentes, defeituosas e ou mentalmente afetadas, não podiam ser exterminadas, porém, dependiam da

caridade humana. Assim como ocorria na Antiguidade, a pessoa “diferente” servia como fonte de diversão e material de exposição (ARANHA, 2005).

Ao longo de cinco séculos, a partir do século XII, temos a Inquisição Católica e a Reforma Protestante, onde o poder exercido pela Igreja foi se expandindo, e conseqüentemente, gerando contradições entre o discurso religioso e as ações por parte do clero, consideradas abusivas e resultando em opiniões divergentes dentro da própria igreja e fora dela também. Nesse panorama estabelecido, o poder exercido pela Igreja passou a ficar ameaçado, desencadeando um dos piores momentos da história, onde, qualquer suspeita de posicionamento contrário à igreja, era fortemente condenado sob a forma de perseguição ou extermínio, inclusive, até a morte pela fogueira. Constam em documentos da Igreja que as pessoas com deficiência, principalmente a deficiência mental, também representavam uma ameaça contra a Igreja. Se na Antiguidade a pessoa deficiente era esquecida e praticamente “não existia”, no período medieval, a questão era talvez, pior, pois no plano da metafísica, de natureza religiosa, a pessoa com deficiência era considerada “demoníaca” (ARANHA, 2005).

Após o período em que a Igreja exerceu sua influência, desencadeia na história, a Revolução Burguesa, responsável pela queda do poder religioso. Esta responsável também pela implantação de uma nova forma de produção: o capitalismo mercantil, que foi a primeira forma de capitalismo. Nesse período da história, a autora (ARANHA, 2005) menciona a pessoa com deficiência, ao esclarecer um início de novas ideias, relacionando a deficiência à natureza orgânica, fruto de causas naturais, onde passou a ser tratada também por meio da alquimia, da magia e da astrologia, métodos da incipiente medicina.

Já no século XVII, novos avanços na medicina elucidaram a tese da organicidade, corroborando para o entendimento da deficiência, como um processo natural. A tese da organicidade favoreceu o tratamento das pessoas com deficiência, juntamente com a tese do desenvolvimento por meio da estimulação, ainda que lentamente, para ações de ensino, a partir do século XVIII. (ARANHA, 2005). Temos até aqui, uma breve exposição acerca do “tratamento” dado às pessoas com deficiência, marcadas por uma nítida exclusão. A Educação Especial, por meio do atendimento educacional especializado, em substituição ao ensino comum, revelou diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência, iniciou na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant (IBC), e o Instituto dos Surdos Mudos em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), ambos no Rio de Janeiro.

Posteriormente no século XX, temos no Brasil a fundação do Instituto Pestalozzi (1926), especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; no ano de 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas superdotadas na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff, e já em 1954, é fundada a primeira APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). (BRASIL, 1994)

Na Educação Especial, desde o início do século XX, muitos documentos foram criados em favor de uma educação inclusiva que pudesse assim garantir direitos. A educação brasileira foi tomando formas em diversos espaços, nas instituições públicas ou particulares, como nas instituições especializadas. Os diversos atendimentos educacionais seriam realizados de duas formas de “atendimento educacional especializado”: de habilitação e reabilitação. Ou seja, o atendimento era na maioria das vezes pautado no modelo médico e realizado em clínicas especializadas para pessoas com qualquer impedimento de natureza física, intelectual, mental e sensorial. O que fazia na maioria das vezes era rotular prevalecendo uma forma de marginalização desses indivíduos. Essas clínicas não se preocupavam com as relações do indivíduo, tão pouco com o pedagógico; e geralmente as atividades eram muito aquém das atividades desenvolvidas com outras crianças na mesma faixa etária. As crianças com deficiência se desenvolviam isoladas, em espaços longe de outras crianças, ou seja, numa situação de exclusão mesmo que velada. (MOUSINHO, 2010)

A inclusão dos alunos com deficiência nas escolas, públicas, apresenta uma trajetória de desafios, principalmente por ser uma alternativa para minimizar o problema da exclusão educacional e social. Diante dos desafios percebemos uma crescente ideia por uma inclusão verdadeira, mas, não se pode desconsiderar, esta tão sonhada inclusão acontece de maneira diferenciada de acordo com o desenvolvimento econômico de cada país.

Mas, falando da inclusão entre países ricos e pobres, veremos maneiras diferenciadas como esta acontece. Nos países pobres, muitas crianças com necessidades educacionais especiais nunca entraram em uma instituição educacional; e nos países considerados ricos estes alunos deixam as escolas sem qualificações que venham ajudar suas vidas; outros são colocados em regimes especiais sem experiências educacionais que os desenvolvam; e por último, alguns abandonam as escolas por não verem atrativos nelas para sua vivência como pessoas.

Para falar sobre inclusão é preciso nos remeter à primeira conferência internacional sobre o tema, a de Salamanca; essa que foi uma estrutura de ação em Educação Especial adotada pela conferência mundial em Educação Especial organizada pelo governo da Espanha em cooperação com a UNESCO, realizada entre 7 e 10 de junho de 1994;

endossando a ideia da educação inclusiva, este documento talvez seja internacionalmente o mais significativo de todos os documentos referentes à Educação Especial, oferecendo influência em todos os países signatários, entre eles o Brasil.

A Declaração de Salamanca defende que escolas regulares que tenha orientação para inclusão, constituem “o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo educação para todos”. No documento da UNESCO, esse sugere que tais escolas com orientações inclusivas, podem “proporcionar educação eficaz para a maioria das crianças, melhorar a eficiência e, conseqüentemente, o custo-benefício de todo o sistema educacional” (UNESCO, 1994).

Da Declaração de Salamanca aos dias atuais, foram envolvidos vários estágios ao desenvolvimento da Educação Especial, explorando diferentes formas de atender a criança com necessidades educacionais especiais e as que apresentam dificuldades de aprendizagem para que estas não sofram segregação dentro da instituição educacional.

Todos os movimentos pela inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais ganham força pelo mundo, começa a crescer a procura de matrículas para crianças especiais nas escolas regulares pelos responsáveis, uma luta para que essas escolas recebam-nas e valorizem-nas respeitando suas diferenças e as tratem igualmente.

Certamente trata-se de uma temática desafiadora para nossa sociedade, no tocante ao desenvolvimento de lutas para que crianças com deficiência tenham seu espaço dentro das instituições educacionais vem crescendo e políticas públicas estão sendo colocadas em prática, mas, infelizmente, profissionais da educação mostram uma resistência à consumação de uma inclusão plena, desrespeitando os direitos adquiridos por esse grupo de alunos que dentro da escola sofrem com atitudes de preconceitos por parte dos alunos ditos normais, até mesmo dos educadores e gestores. Devemos entender, portanto, que uma criança portadora de necessidades educacionais especiais tem o direito a uma escolarização, bem como aos recursos necessários para acessarem à aprendizagem.

Desde então, não podemos negar que a luta pela inclusão conta com reestruturação de políticas públicas para assegurar ao aluno com deficiência uma educação de qualidade com respeito as suas limitações e potencialidades são insuficientes.

Pautados nas abordagens dos princípios da educação que estão nos documentos oficiais como: SEB (Sistema Educacional Brasileiro), CNE (Conselho Nacional de Educação), CF (Constituição Federal), LDB (Lei de Diretrizes e Bases), PNEE (Portadores de Necessidades Educacionais Especiais), MEC (Ministério da Educação), UNESCO (Organizações das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), alguns defensores da

inclusão acreditam nesta com uma obrigação, pois, como diz a Constituição Federal Brasileira: “Educação é um direito de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação”.

A política de educação inclusiva tem como objetivo a eliminação da exclusão social e educacional e que seja respeitada a diversidade de raça, classe social, etnia, religião, gênero e habilidades que os alunos trazem de suas vivências e principalmente de que a educação é um direito de todos, sendo este princípio respeitado, fundamentalmente a sociedade se tornaria mais justa e solidaria. Respaldamos este pensamento no documento Plano de Desenvolvimento da Educação, neste, é reafirmado a visão de que a educação busca superar à oposição entre educação regular e Educação Especial. Mas a educação não se estruturou na perspectiva da inclusão e do atendimento às necessidades educacionais especiais, limitando, o cumprimento do princípio constitucional que prevê a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a continuidade nos níveis mais elevados de ensino (PDE, 2007). E os educadores, principalmente das escolas públicas, manifestem preocupação com a inclusão desses alunos, alegando não estarem preparados para recebê-los, pois não obtiveram formação na área e seus conhecimentos sobre as necessidades desses alunos.

Na Constituição Federal de 1988 nos artigos 205 e 206 colocam como objetivos fundamentais: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º inciso IV). Vejamos os artigos 205 e 206:

Art. 205: a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Art. 206, inciso I estabelece a: “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e, o garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208). Se for dever do estado equiparar as condições necessárias para que o aluno seja atendido na rede pública, salientamos a necessidade de que o mesmo tenha um apoio individual necessário.

Ao lermos o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº. 8.069/90, artigo 55, um reforço aos dispositivos legais supracitados ao determinar que: “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino” (ECA, 1990).

Na Política Nacional de Educação Especial, em 1994, vem orientado o processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular

àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais”. (PNEE, 1994).

Dois anos mais tarde, na LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, Lei nº. 9.394/96, artigo 59, destaca-se:

Os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender as necessidades; assegurar a terminalidade específica aqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e, a aceleração de estudos aos superdotados para a conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas series mediante verificação do aprendizado” (art.24, inciso V) e “(...) oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37). (LDB, 9.394/96, art. 59).

No Capítulo V da Educação Especial, art. 58, entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. Entende que o trabalho das Auxiliares e uma parceria entre os profissionais que estão na sala de aula e sua efetivação.

Em meados do ano 2000, no Brasil, surgiu a função do mediador, que era para acompanhar as crianças que necessitavam de auxílio em sala de aula e esse era orientado pelos profissionais que acompanhavam as crianças. O mediador é o que pode levar a criança a detectar variações por meio da diferenciação de informações sensoriais, como visão, audição e outras; reconhecendo que está enfrentando um obstáculo e identificar o problema. Mediar é poder ser intermediário entre a criança e as situações vivenciadas por ela, onde se depara com dificuldades de interpretação e ação. Mais recentemente, o Decreto Presidencial nº. 6.571/2008 (BRASIL, 2008) destaca o compromisso da união quanto ao apoio técnico e financeiro visando à implementação do AEE (Atendimento Educacional Especialização). Ao que diz respeito aos alunos, público alvo do AEE, que estejam matriculados na rede pública de ensino regular, tanto no âmbito Federal, quanto Estadual e Municipal (BRASIL, 2008). Trata-se da Política de Educação Especial na

Perspectiva da Educação Inclusiva PNEEI – 2008. Documento que atualmente baliza as ações em todo território federal.

A história da Educação Especial mostra que em uma das etapas na tentativa de buscar a integração do aluno especial, estes foram colocados em um sistema de educação separado dos demais, as chamadas escolas especiais, nos anos recentes, esse sistema foi questionado tanto do ponto de vista dos direitos humanos como da sua eficácia ao desenvolvimento desses alunos como pessoa, seria preciso naturalmente, a aplicação de práticas humanísticas dos envolvidos no contexto educacional dentro do processo de ensino e aprendizagem para o respeito às limitações e potencialidades que trazem de suas vivências. Isso reverbera a partir da aposta no trabalho colaborativo, onde os docentes se apoiam durante as rotinas, as atividades diárias e intervenções com os alunos num processo de uma linguagem única.

Segundo Peixoto e Carvalho (2007, p.197-198), ao se referir ao termo colaboração remete-se a uma forma de trabalho em conjunto para resolver dificuldades reais, elaborar planejamentos, desenvolver mudanças, solucionar problemas, formando uma organização em que todos os componentes compartilham as decisões tomadas e são responsáveis pela qualidade do que é produzido em conjunto conforme as singularidades e necessidades de aprendizagem do estudante.

Quando se tratar de dificuldades, toda ajuda e qualquer ajuda é bem-vinda. Desenvolver um trabalho de equipe para que se alcance objetivos comuns. A elaboração de um trabalho colaborativo consiste em planejar estratégias que facilitem o desenvolvimento como um todo, as quais envolvem, além do professor, um auxiliar e professor especializado no atendimento educacional especializado – AEE, desenvolvido na sala de recursos multifuncionais.

Este mediador/auxiliar deve ter ciência sobre as propostas realizadas dentro da sala de aula e assim durante as atividades propostas pelos professores possam ser um facilitador, para o desenvolvimento das mesmas.

De posse de um plano de intervenção baseado em informações precisas, coletadas em ambientes distintos (sala de recursos multifuncional e sala de aula comum), por professores especialistas e professore de disciplinas, o segundo momento é apresentá-lo aos gestores, equipes pedagógicas e demais profissionais da escola, envolvidos com a aprendizagem deste estudante.

Recentemente foi aprovada a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, elaborando, assim, o Estatuto da Pessoa

com Deficiência (BRASIL, 2015). Essa Lei assegura e promove, em condições de igualdade, “o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015).

Para a Lei Brasileira de inclusão:

Considera uma pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em desigualdade de condições com demais pessoas. (BRASIL, 2015)

Esta Lei incumbe ao poder público cuidar do aprimoramento dos sistemas educacionais visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão. Isso inclui um projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia.

Para tal, torna-se de suma importância o papel do mediador em sala de aula, auxiliando ao professor, mas, sobretudo à criança com deficiência.

3 OS RECURSOS HUMANOS DE APOIO À INCLUSÃO

Desde que foi criado este cargo para acompanhar as crianças com deficiência, houve sempre uma dúvida sobre qual o papel desse profissional – o que podem, não podem, deve ou não devem fazer na sala de aula em relação à criança com deficiência e à turma inclusiva.

O mediador é aquele que no processo de aprendizagem favorece a interpretação do estímulo ambiental, chamando a atenção para seus aspectos cruciais, atribuindo significado a informação recebida, possibilitando que a mesma aprendizagem de regras e princípios seja aplicada às novas aprendizagens, tornando o estímulo ambiental relevante e significativo, favorecendo o desenvolvimento. O mediador escolar acompanha o estudante durante seu dia letivo, buscando intervir, potencializando seu processo de aprendizagem, socialização e desenvolvimento.

De acordo com Mousinho, a atuação do mediador não se pode restringir à sala de aula, nem à criança que ele acompanha. O mediador escolar deve dar o apoio necessário em diferentes situações, ambientes e contextos escolares, seja nas atividades em sala de aula, no recreio, na interlocução com professores regentes e equipe escolar ou até mesmo na relação da criança com seus pares, tentando criar meios de possibilitar possíveis amizades, de acordo com o repertório de interesses da criança (MOUSINHO, 2010).

Acredita-se aqui que a clareza sobre a função poderia evitar embates e favorecer o desenvolvimento de trabalho das professoras para com todos os alunos da turma.

O mediador deveria ser encarado como um profissional que assume o papel de auxiliar na inclusão do aluno com deficiência e não o papel de professor principal da criança. Ele deveria ser visto como mais um agente de inclusão, na medida em que ele teria circulação pela instituição, produzindo questionamentos na equipe escolar e estando sempre atento a quando e como deve fazer sua entrada em sala de aula, sem permanecer ali esquecido e excluído junto com o aluno. Cabe ressaltar que o mediador pode assumir o papel de ser um apoio para que a criança possa ser incluída em um processo educacional que, de outra maneira, ou seja, sem uma pessoa diretamente apoiando numa relação um para um, poderia ser desestruturante e insuportável, tanto para a escola quanto para o aluno com deficiência. (MOUSINHO, 2010)

Entre 2010 e 2011, na prefeitura de Belo horizonte, foi criado o cargo de “Auxiliar de Inclusão” para acompanhar as crianças com deficiência e auxiliá-las em questões não pedagógicas. Estes foram inicialmente contratados pela própria escola, Caixas Escolares.

Recentemente, em 2017, a contratação para este cargo foi terceirizada para uma prestadora de serviços.

CAPÍTULO II – DO OBJETO SOCIAL E INTERESSE COLETIVO Artigo 4º – A Companhia definida no artigo 1º, caput, tem por finalidade a prestação de serviços técnicos, administrativos e gerais aos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, em especial nas seguintes áreas: I – locação de mão-de-obra para conservação, limpeza, asseio, higienização, vigilância e serviços temporários; II – administração de estacionamentos rotativos; III – administração de condomínios; IV – recuperação, manutenção e conservação de imóveis, móveis, máquinas, equipamentos e aparelhos em geral, abrangendo ainda gestão e guarda de documentos e processos pertinentes; V – conserto e manutenção de veículos; VI – execução de serviços gráficos; (...)1

As auxiliares, contratadas por esta nova via, passaram a ser contratada pelo cargo denominado “Auxiliar de Apoio ao Educando”

¹Estatuto Social da empresa. Disponível em:
http://www.mgs.srv.br/abrir_arquivo.aspx/Estatuto_Social_da_MGS?cdLocal=2&arquivo={CCC438DE-BEB2-D1BC-4BDB-3CE453CEDC4C}.pdf

4 AUXILIAR DE APOIO AO EDUCANDO: QUE FUNÇÃO É ESSA?

Com o crescimento e propagação da ideia do Auxiliar de inclusão, teve a necessidade de se estudar mais a fundo o assunto, apesar do pouco material teórico disponível sobre o tema.

A variação na nomenclatura também dificulta uma pesquisa mais ampla. Em inglês, por exemplo, pode-se encontrar com os seguintes nomes: *teacher Assistant*, *Instructional Assistant*, *Special Education Teaching Assistant*, *Special Education Teaching Assistant*, *Teacher Aide*, *Para educator*, *Teaching Assistant*, *Special Education Aide*, *Special Education Instructional Assistant*, *Shadow Aide*. No Brasil, já surgiram expressões como: facilitador escolar, tutor escolar, assistente educacional e mediador escolar. (MOUSINHO, 2010).

A contratação destes candidatos é realizada através da MGS - Minas Gerais Administração e serviços S.A. A partir de então o candidato deverão ter as seguintes obrigações para ocupar o cargo:

1. Auxiliar o professor nas atividades pedagógicas desenvolvidas em sala de aula e na organização do trabalho junto ao aluno com deficiência, a partir de sua orientação.

2. Garantir o atendimento às necessidades funcionais dos alunos com deficiência que não tenham autonomia para atividades de vida diária considerando – apoio à locomoção do assistido; cuidados com a higiene, troca de fraldas, apoio no uso de banheiro e durante a própria higienização de acordo com a necessidade e possibilidade de autonomia do estudante, cuidados com estudantes que utilizam bolsas coletoras e sondas; orientação e cuidados com a alimentação para estudantes que não possuem mobilidade física dos membros superiores, apoiando em casos de alimentação por sonda, supervisão e apoio na alimentação dos estudantes que conseguem realizar atividade com ajuda; usos de equipamento para respiração, sondas ou bolsas coletoras que necessitam ser manuseadas no tempo de permanência na escola; mediação para uso de recursos de comunicação alternativa e outros recursos de acessibilidade, possibilitando a participação dos alunos durante as aulas.

3. Colaborar para que o aluno esteja em tempo integral em sua sala de aula, com as mesmas atividades feitas pelos colegas; desenvolver autonomia e estimular o aluno na realização de todas as atividades (pessoais e educacionais); apoiar o professor com deficiência na organização do trabalho em sala de aula ou no horário de planejamento de aulas; auxiliar o professor, a partir de sua orientação em atividades educativas; auxiliar e ou realizar atividades de vida diária sob a orientação do professor, alimentação, banho, acompanhar crianças ao


banheiro, trocas; prestar auxílio aos professores nas atividades educativas dentro e fora das instituições.

4. Zelar pelo cuidado com as crianças, relacionamento respeitoso, atento, disponível a elas a todo tempo; participar das atividades realizadas pela turma, sempre acompanhado e orientado pelo professor; acompanhar os alunos em sala de aula ou em outros espaços necessários ao desenvolvimento escolar, incluindo acompanhar alunos em ônibus para excursões ou até a escola; executar atividades correlatas, conforme necessidade do serviço e orientação superior.

5. E para ingressar na prova, o candidato deve ter Ensino Médio Completo, apresentar, no mínimo, 6 (seis) meses de experiência na atividade, em ambiente escolar, comprovada por meio de registro de contrato de trabalho na CTPS ou declaração de Pessoa Jurídica de Direito Público, ou de Pessoa Jurídica de Direito Privado relativa à área escolar, na qual deverá constar CNPJ e firma reconhecida².

Os informativos que são entregues, um pela direção da escola SMED e o outro pela MGS, pode-se notar que o da SMED é muito mais esclarecedor, já o da MGS, talvez por falta de conhecimento, pois se trata de uma empresa prestadora de serviços, ainda não tem experiência no ramo da educação.

Comparando os documentos informativos:

	ORDEM DE SERVIÇO (O.S.) SEGURANÇA DO TRABALHO
MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S A	
Cargo: Auxiliar de Apoio ao Educando	
1. Descrição das atividades:	
<ul style="list-style-type: none"> • Planejar ações diárias para o desenvolvimento cognitivo e humano das crianças • Controlar a execução dos exercícios escolares das crianças • Envolver atividades recreativas diversificadas visando ao entretenimento e a integração social • Realizar atividades de cuidados básicos de higiene, alimentação, saúde e integridade física da criança • Executar as atividades em conformidade com as normas e procedimentos técnicos e de segurança, qualidade e preservação ambiental • Executar atividades correlatas, conforme necessidade do serviço e orientação superior 	
2. Riscos Profissionais	Possíveis danos à saúde e à integridade física
<ul style="list-style-type: none"> • Postura inadequada 	<ul style="list-style-type: none"> • Esforço físico, lesões / doenças osteomusculares
3.1 – EPI's de uso obrigatório	
Não se Aplica	

² Informações obtidas a partir do site: <http://www.mgs.srv.br>.

3.2 - Recomendações, obrigações e proibições

- Comunicar a CIPA e/ou ao Encarregado quando houver irregularidade que coloque você ou seus companheiros em risco de acidentes.
- Comparecer ao Serviço Médico para exames periódicos sempre que solicitado.
- Usar adequadamente todos os EPIs e uniformes necessários para a atividade que vai executar, bem como trocá-los quando estiverem danificados.
- Não usar e/ou improvisar máquinas / equipamentos defeituosos.
- Participar dos treinamentos promovidos pela empresa.
- Comunicar ao responsável qualquer anormalidade na execução das tarefas que possam provocar acidentes.
- Zelar pela sua segurança e do seu companheiro de trabalho.
- Comunicar ao responsável qualquer problema de saúde que interfira na segurança da execução das tarefas.
- Planejar adequadamente a execução do trabalho evitando riscos desnecessários.
- Inspeccionar máquinas, equipamentos, ferramentas, peças e materiais antes de iniciar tarefas.
- Não realizar nenhuma atividade se não estiver habilitado e autorizado para fazê-la.
- Não fumar e não se alimentar no interior do local, exceto nos locais destinados para estes fins.
- Obedecer à sinalização e avisos.
- Transitar, somente, pelos locais permitidos, usando os locais demarcados no piso.
- Não abrir as caixas e painéis elétricos. Não guardar nenhum objeto no interior dos mesmos.
- Procure sempre conhecer os riscos do seu local de trabalho e ficar atento à movimentação de veículos.
- Não levantar e/ou carregar peso acima da sua capacidade física. Solicite ajuda e/ou use equipamento auxiliar.
- Os trabalhadores não devem deixar o local de trabalho com os EPI e as vestimentas utilizadas em suas atividades laborais.
- Participar do programa de imunização ativa contra tétano, difteria, hepatite B e outras doenças.
- Lavar bem as mãos antes das refeições, manter sempre boa higiene corporal.
- Lavar adequadamente as mãos, antes e após a retirada das luvas.
- É proibido usar adornos (anéis, relógio, pulseira, brincos) durante o horário de trabalho.
- O uso de luvas não dispensa a limpeza das mãos antes e após o seu uso.
- Os EPI utilizados devem ser limpos diariamente.
- Ao recolher resíduos de sujidade no chão fazer uso de pá e não o fazê-lo com as mãos.
- Não usar luvas do lado avesso ou cortá-las para diminuir o tamanho do cano.
- Não utilizar luvas ou demais EPIs de outros colaboradores. Colaborar com o empregador na implementação das disposições contidas nesta Ordem de Serviço.



FUNÇÕES DO MONITOR DE APOIO À INCLUSÃO

- Estar vinculado à turma do estudante, professor ou professora para a Educação Infantil com deficiência para o qual houve a solicitação.
- Relacionar-se com todos os estudantes da turma e ser mais um no atendimento escolar cotidiano.
- Oportunizar ao estudante com deficiência a realização de suas atividades.
- Desenvolver autonomia e estimular o estudante na realização de todas as atividades (pessoais e educacionais).
- Dar apoio à locomoção do assistido; cuidados com a higiene, utilização do banheiro, troca de fraldas; uso de utensílios na alimentação do aluno; cuidados na alimentação por sonda; uso de equipamentos para respiração, sondas ou bolsas coletoras que necessitam ser manuseadas no tempo de permanência do assistido na escola.
Obs: Nas UMEI's os cuidados com a higiene da criança com deficiência será de responsabilidade da professora para a Educação Infantil e não do monitor de apoio à inclusão
- Mediar o uso de recursos de comunicação alternativa.
- Colaborar para que o estudante esteja em tempo integral em sua sala de aula, quando possível, com as mesmas atividades feitas pelos colegas.
- Contribuir pedagogicamente com os outros estudante da turma, sob orientação do professor/professora para a Educação Infantil para que este possa intervir diretamente com o aluno que possui deficiência no que se fizer necessário. A responsabilidade com o processo educacional do estudante permanece sendo do coletivo de professores do ciclo e professoras para a Educação Infantil.
- Se o estudante com deficiência faltar à aula, o monitor poderá acompanhar em outra sala de aula estudantes que não preencha os critérios para concessão deste profissional, seguindo orientações da coordenação.
- A referência da turma é o professor/professora para a Educação Infantil. O monitor é elemento de apoio e interlocutor que facilita a execução das atividades do estudante e sua turma. Em hipótese alguma o monitor substituirá o professor em sala de aula, assumindo a turma em sua ausência.
- Em momento algum, nenhum estudante deve ser avaliado de forma pejorativa e com rispidez.
- As observações e questionamentos devem ser feitos à professora/professora para a Educação Infantil Coordenação, Direção da escola e Equipe de Inclusão Escolar, da DIRE-NO.
- Cabe à escola, professores/professora para a Educação Infantil, coordenadores e direção, conversar com as famílias sobre quaisquer aspectos. O monitor não deve responder a bilhetes e questionamentos da família do estudante assistido em agendas e similares.
- As atividades realizadas pelo estudante com deficiência são planejadas e orientadas pelo professor/professora para a Educação Infantil e devem ser aplicadas da maneira que todos os outros estudantes são orientados.
- Para facilitar a prática inclusiva das novas ações e estratégias, o monitor deve fazer o registro diário das ações e observações educativas, auxiliando o professor/professora para a Educação Infantil nos registros.
- Caso necessite faltar, o monitor deve avisar à escola e nunca à família do estudante assistido.
- Participar de formações para as quais for convocado.
- Ser pontual e assíduo.
- Não deve fazer atividades escolares e/ou pessoais no trabalho.
- De maneira alguma o monitor de apoio à inclusão deverá usar fones de ouvido, celular e acesso as redes sociais durante o seu horário de trabalho.
- Uso obrigatório do uniforme de acordo com as especificações da SMED.
- O regime de contrato do monitor de Apoio à Inclusão baseia-se na CLT, tendo direito a 30 dias de férias anuais, repouso semanal remunerado e auxílio transporte. Ressaltamos que a este profissional não poderá ser concedida hora extra.
- O horário de trabalho deste profissional será de 07 às 11h 24 e 13h às 17h 24, salvo algumas exceções.

Estou ciente das minhas funções na escola _____

Equipe de Inclusão Escolar/2018

Diante disso, decidiu-se por realizar uma investigação que visa compreender as concepções das profissionais - professoras, Auxiliares e gestoras – em relação a esta função. E, com isso, buscar esclarecer e construir uma proposição para a escola na qual atuam. Após as análises de documentos, bem como dos questionários, pretende-se uma síntese, a qual será apresentada para a comunidade escolar. Para que a partir desta pesquisa tornar o clima escolar mais agradável entre professoras e auxiliares, onde se estabeleça critérios dentro da lei que assegura os direitos dos alunos com deficiência de forma tranquila e ter clareza das principais funções do auxiliar de apoio ao educando.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se aqui de uma pesquisa qualitativa, pois ela tem como objetivo pontuar as funções das Auxiliares de apoio ao educando e, com isto, tentar tornar as relações de auxiliares e professores mais transparentes.

A princípio, foi perguntado para as auxiliares sobre o cargo para o qual foram contratadas. Muitas responderam: Auxiliar de Inclusão (nomeação antiga) e outras para Auxiliar de Apoio ao Educando (nomeação atual).

Perguntou-se também: quais as orientações receberam sobre suas funções e de onde viriam essas informações; há quanto tempo estariam trabalhando nessa função; porque escolheram trabalhar com crianças com deficiência; quais são as exigências para desempenhar essa função; quais as atividades podem e devem desempenhar nessa função; quais seriam as maiores dificuldades que encontrou para realizar o seu trabalho; como são realizadas as seleções e formações desses profissionais; se acha o conteúdo das formações satisfatórias e o que pode ser mudado; como seria o seu trabalho junto às professoras e como acha que elas veem o seu trabalho.

Todas estas perguntas tiveram como objetivo identificar o conhecimento sobre as atividades que as partes envolvidas sabem sobre a função do auxiliar de apoio ao educando.

A pesquisa se originou das adversidades vivenciadas, em relação a quais seriam as reais funções do “Auxiliar de Apoio ao Educando” e que sempre trouxeram discordância entre Auxiliares e professores.

Primeiramente, foi feito o questionário com as perguntas apresentadas acima, por meio dos recursos da mídia social *WhatsApp*, através da qual foram colhidas as informações.

Num segundo momento, foi feita as análises de documentos e das respostas e, em seguida, propôs-se, no turno da manhã da escola, durante o “café das professoras”, uma formação em conjunto com estas e as auxiliares a partir da síntese de todas as informações colhidas, com o objetivo de deixar transparente a função desses profissionais, bem como discutir como desenvolver um trabalho, porém isso não foi possível devido ao calendário apertado da escola.

As perguntas foram respondidas por auxiliares da escola onde estou lotada, além da coordenadora e vice-diretora.

Todas estas perguntas tiveram como objetivo levantar o conhecimento das partes envolvidas em relação à função do Auxiliar de apoio ao educando.

6 QUESTIONÁRIOS

6.1 O QUE DIZEM AS PROFESSORAS

Perguntas e respostas:

I. Você sabe qual o nome do cargo dos profissionais que acompanham os deficientes na escola?

C. - Professora:

Auxiliar de apoio ao educando (nome mais recente) antigo auxiliar de inclusão.

J. S. - Professora:

Educador (antes da MGS o nome era auxiliar de apoio à inclusão).

S. M. – Professora:

Atualmente é auxiliar de apoio ao educando.

V. C. – Professora:

Este de acompanhante eu acho que era acompanhante de inclusão, mas se mudou o nome eu não sei não, acho que tem outro nome agora, só que eu não sei não, mas ainda está recente.

M. - Professora do AEE:

Monitor de apoio ao educando, auxilia o estudante com deficiência nas A.V. D (atividades de vida diária), higiene, locomoção, alimentação.

R. E. - professora:

Auxiliar de apoio à inclusão.

II. Quando surgiu este cargo? E por quê?

C. - Professora:

Quando surgiu não sei ao certo, acho que na rede tem no máximo (nove anos) surgiu para acompanhar crianças e garantir sua inclusão na rotina e atividades realizadas.

J. S. - Professora:

Quando surgiu o cargo não sei, mas tem mais de 10 anos, porque para atender uma demanda prevista na Lei de Diretrizes e bases da Educação (LDB), onde afirma no artigo 58 que “haverá quando, necessário o serviço de apoio especializado na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de Educação Especial”.

S. M. – Professora:

Não sei quando surgiu o cargo, mas estou na rede desde 2012 e as auxiliares já atuavam com as crianças de inclusão. Acredito que o cargo surgiu para atender as crianças com alguma necessidade especialmente na sala de aula.

V. C. – Professora:

Agora quando surgiu o cargo eu acho que foi em dois mil e quinze ou dois mil e catorze se não me engano, acho que foi por causa da demanda também da necessidade, não sei se os pais pediram ou os professores que pediram, nossa que perguntas difíceis.

R. E. - professora:

Não sei a data de surgimento, mas surgiu para auxiliar as professoras no trabalho pedagógico nas turmas em que há crianças com necessidades especiais.

III. Porque mudou de nome?**C. - Professora:**

Mudou o nome acho que por causa da migração para a MGS.

J. S. - Professora:

Apenas a nomenclatura da função.

S. M. – Professora:

Acho que mudou o nome para atender as necessidades da MGS que não tinha o cargo de auxiliar de inclusão. Para mim não mudou nada.

C. – Professora:

Para facilitar na determinação de funções e coisas de ordens legais do cargo.

R. E. - professora:

Não sei ao certo, mas as auxiliares agora ajudam as crianças de inclusão buscando inclui-las no grupo.

IV. Para você mudou alguma coisa quando passou de Caixa Escolar para MGS?**C. - Professora:**

Mudou o nome acho que por causa da migração para a MGS.

J. S. - Professora:

Apenas a nomenclatura da função.

S. M. – Professora:

Acho que mudou o nome para atender as necessidades da MGS que não tinha o cargo de auxiliar de inclusão. Para mim não mudou nada.

V. C. – Professora:

Por que o pessoal esta meio que massacrando as meninas aconteceram uns negócios não muito legais com elas a sorte foi que conseguimos a adesão delas no sindicato.

M. - Professora do AEE:

Com a entrada da MGS, ate o momento, mudou a forma de contratação, que antes eram feitas pelas Caixas Escolares. No momento, esta havendo novos contratos. A partir de 2019, apenas a MGS fará as contratações e a gestão destes profissionais.

R. E. - professora:

A meu ver, não houve mudança de caixa escolar para MGS. As orientações é que a auxiliar deve ajudar a criança e a turma.

V. Quais são suas orientações? E de onde vêm essas orientações?

C. - Professora:

As orientações que temos, vêm da gestão da EMEI. Orientações principalmente sobre o que as auxiliares podem fazer para ajudar na sala. Uma fala que ouvimos muito é que o auxiliar é da turma, e não da criança. Ainda existem divergências. Pois alguns auxiliares ainda falam que estão ali só para acompanhar a criança de inclusão.

J. S. - Professora:

Da secretaria municipal de educação (SMED).

S. M. – Professora:

Quem me passou as orientações foi a direção. Coordenadora pedagógica.

V. C. – Professora:

E estas orientações eu sei que tem que passar tudo para a direção e ela passa para a MGS.

M. - Professora do AEE:

Atualmente são feitas pela equipe de inclusão escolar, com orientações da SMED.

R. E. - professora:

As orientações vêm da direção e coordenação.

VI. E qual é a sua função?

C. - Professora:

A mudança para a MGS inicialmente trouxe algumas dúvidas, principalmente sobre as funções dos auxiliares. O que podem e o que não podem fazer. Já que todas agora possuem o mesmo cargo.

J. S. - Professora:

Cuidar da criança especial e auxiliar o professor na sala de aula.

S. M. – Professora:

Elas devem atender a criança com necessidades especiais, mas em alguns momentos elas também podem atender aos demais educando.

V. C. – Professora:

E estas orientações eu sei que tem que passar tudo para a direção e ela passa para a MGS.

M. - Professora do AEE:

Os temas são diversificados e abordam as deficiências, cuidados de higiene, de saúde tais como manipulação de sondas, alimentação, como fazer a higiene do estudante, como fazer transferência e condução de cadeirantes, etc.

R. E. - professora:

Estou fora de sala e não sei bem das orientações sobre as auxiliares.

VII. Você acha essas orientações suficientes?**C. - Professora:**

As orientações que temos, vêm da gestão da EMEI. Orientações principalmente sobre o que as auxiliares podem fazer para ajudar na sala. Uma fala que ouvimos muito é que o auxiliar é da turma, e não da criança. Ainda existem divergências. Pois alguns auxiliares ainda falam que estão ali só para acompanhar a criança de inclusão.

J. S. - Professora:

Não.

S. M. – Professora:

Sim.

V. C. – Professora:

Porque não cabe a direção fazer qualquer tipo de abordagem de punição ou de chamar atenção.

M. - Professora do AEE:

Atualmente são feitas pela equipe de inclusão escolar, com orientações da SMED.

R. E. - professora:

Estou fora de sala e não sei bem das orientações sobre as auxiliares.

VIII. O que você acha que poderia mudar?**C. - Professora:**

Faltam ainda alguns esclarecimentos principalmente com a presença da MGS junto com a gestão, na presença dos auxiliares também. Acho que uma formação com todos envolvidos seria esclarecedor. Pois as reuniões são sempre separadas. As minhas experiências com as auxiliares, sempre foram tranquilas.

J. S. - Professora:

A formação pedagógica dos profissionais que trabalham com o aluno especial.

S. M. – Professora:

Deveriam contratar pessoas capacitadas como estudantes de psicologia, fonoaudióloga, terapeuta ocupacional, etc. Pessoas que estão estudando para trabalhar com essas crianças especiais. Elas fazem o que podem.

V. C. – Professora:

Eu sei que esta questão assim de reclamar, de falar alguma coisa, é sempre levada para a MGS.

M. - Professora do AEE:

Os temas são diversificados e abordam as deficiências, cuidados de higiene, de saúde tais como manipulação de sondas, alimentação, como fazer a higiene do estudante, como fazer transferência e condução de cadeirantes, etc.

R. E. - professora:

Não tenho sugestões de mudanças.

IX. O que você acha do trabalho que elas realizam?**C. - Professora:**

As auxiliares com quem trabalhei sempre colaboraram com a turma em geral e demonstraram boa vontade de ajudar.

J. S. - Professora:

Necessário, mas muito aquém da proposta. Não por falta de materialidade e formação dos profissionais, tanto professores quanto auxiliares.

S. M. – Professora:

Acho que elas colaboram acompanhando as crianças e cuidando delas.

V. C. – Professora:

Conversa com elas.

M. - Professora do AEE:

Temos parceria com a Secretaria de Saúde e de seus profissionais. A participação de pessoas de fora não é permitida, exceto se houver permissão da SMED.

R. E. - professora:

Esse trabalho acontece de forma colaborativa na sala que observo. Acredito q o trabalho das meninas de apoio ao educando é essencial, visto que as crianças especiais possuem necessidades específicas e a professora regente não conseguiria lecionar sem o auxílio de outra adulta.

X. Este trabalho é colaborativo para a sua prática com a criança deficiente?**C. - Professora:**

As auxiliares com quem trabalhei sempre colaboraram com a turma em geral e demonstraram boa vontade de ajudar.

J. S. - Professora:

Sinto que ainda precisamos avançar muito para que a inclusão das crianças especiais se efetive verdadeiramente.

S. M. – Professora:

O trabalho é necessário, mas não deveria ser para qualquer pessoa. Elas deveriam ser mais capacitadas.

V. C. – Professora:

Optou por não responder.

M. - Professora do AEE:

Optou por não responder.

R. E. - professora:

Exigências de atenção, paciência, calma, disposição, amor e perseverança que tudo vai dar certo. Gosto bastante do que faço, foi uma das melhores experiências até hoje, trabalhar com o próximo sei que tem dias fáceis e dias turbulentos mais sempre dando o meu melhor tentando compreender o mundo das crianças autistas, crianças que muitas das vezes quer carinho e atenção, amo o que faço isso me faz saber que apesar de nossas diferenças somos todos iguais e que sempre precisaremos uns dos outros faço da melhor maneira que consigo ,quando não consigo peço ajuda a quem estar ao meu redor, no entanto, me dedico com muita fé, com força e persistência chegaremos lá porque a caminhada é longa.

XI. Como você vê este trabalho?**C. - Professora:**

Acho que a presença da auxiliar na sala de aula é de extrema importância, não só nos casos de inclusão, mas também nas turmas do primeiro ciclo.

J. S. - Professora:

Optou por não responder.

S. M. – Professora:

Optou por não responder.

V. C. – Professora:

Optou por não responder.

M. - Professora do AEE:

Optou por não responder.

R. E. - professora:

Optou por não responder.

6.2 O QUE DIZEM AS AUXILIARES

Perguntas e respostas:

I. Qual o nome do cargo para o qual você foi contratada?

L. – Auxiliar:

Auxiliar de Apoio ao Educando.

N. – Auxiliar:

Auxiliar de apoio ao educando.

L. A - Auxiliar:

Auxiliar de Apoio ao Educando.

R B – Auxiliar:

Auxiliar de apoio à inclusão.

L. S. - Auxiliar:

Auxiliar de Apoio ao Educando.

N. B - Auxiliar:

Auxiliar de apoio ao educando.

II. Quais as exigências para exercer este cargo?**L. – Auxiliar:**

Antes era da SMED, agora da MGS.

N. – Auxiliar:

Gostar de criança, muita paciência e competência.

L. A - Auxiliar:

As informações vieram da caixa escolar e MGS, devemos cuidar da criança na sua higiene pessoal, ajudar nas tarefas, sempre persistir no bem estar, caso aconteça algo e da minha inteira responsabilidade sempre andar junto com a professora quanto ao aprendizado e comportamento.

R B – Auxiliar:

Auxiliar o aluno (a) na locomoção, alimentação e higiene.

L. S. - Auxiliar:

Priorizar as crianças, e auxiliar os professores.

N. B - Auxiliar:

Priorizar as crianças, e auxiliar professores. Orientações partidas da MGS, direcionada pela SMED.

III. Quanto tempo você trabalha nesta função?**L. – Auxiliar:**

3 anos.

N. – Auxiliar:

1 ano e meio.

L. A - Auxiliar:

Trabalho há 2 anos e meio.

R B – Auxiliar:

Estou há 7 anos nesta função. Na verdade foi uma mudança de área de atuação, uma tentativa por melhores condições de trabalho.

L. S. - Auxiliar:

2 anos

N. B - Auxiliar:

2 anos.

IV. Porque você resolveu trabalhar com crianças com deficiência?**L. – Auxiliar:**

Porque comecei a estudar.

N. – Auxiliar:

Na época estava desempregada e como tinha a experiência de monitora, pois já trabalhei com crianças em parques infantis e creches, como voluntária, e também passei nas provas e fui contratada, tenho aprendido muito com quem está ao meu redor (colegas de trabalho) Porque o que eles ensinam pra nós é mais teórico, mas na prática é bem diferente.

L. A - Auxiliar:

Na época estava desempregada, então passei no concurso e fui contratada.

R B – Auxiliar:

Estou já há 7 anos nesta função. Na verdade foi uma mudança de área de atuação, uma tentativa por melhores condições de trabalho.

L. S. - Auxiliar:

Atualmente não atuo com crianças deficientes.

N. B - Auxiliar:

Atualmente não atuo com crianças deficientes.

V. Quais são as exigências para esta função?

L. – Auxiliar:

Gostar de criança, muita paciência e competência.

N. – Auxiliar:

Tenho que ajudar no comportamento, fazer com que a criança acompanhe a turma, ajudar nas tarefas da forma que pareça ter sido realizada pela criança.

L. A - Auxiliar:

As informações vieram da Caixa Escolar e MGS, devemos cuidar da criança na higiene pessoal, ajudar nas tarefas.

R B – Auxiliar:

As exigências são: ensino médio completo, maior de 18 anos, ter bons antecedentes.

L. S. - Auxiliar:

É necessário ter concluído o ensino médio.

N. B - Auxiliar:

É necessário possuir o ensino médio concluído.

VI. Quais são as maiores dificuldades que você encontra para realizar o seu trabalho?

L. – Auxiliar:

Quando você pede apoio e não recebe.

N. – Auxiliar:

Minha dificuldade é quando a criança está em desconforto e eu não consigo ajudar.

L. A - Auxiliar:

Prática, porque o que eles ensinam pra nós é mais teórico.

R B – Auxiliar:

As dificuldades são muitas, desestimulantes também. Falta diálogo entre coordenadores de inclusão, direção da escola, professor e auxiliar. Muitas vezes recebemos orientações diretas dos nossos coordenadores, mas os mesmos não transmitem as informações à direção da escola e muito menos aos professores no que diz respeito às funções, deveres, direitos, orientações sobre as deficiências dos alunos. Acessibilidade é outro fator determinante. Não há escolas preparadas para receber esses alunos de verdade. Quase nada é acessível para eles, não há banheiros, rampas, materiais realmente adaptados, brinquedos, alimentação adequada. Tudo fica a cargo do auxiliar se virar para que o aluno tenha ao menos uma participação na rotina da escola.

L. S. - Auxiliar:

Não encontro nenhuma dificuldade, pois é algo que tenho prazer.

N. B - Auxiliar:

Gosto do que faço e não encontro nenhuma dificuldade.

VII. Como são realizadas as formações?**L. – Auxiliar:**

Uma vez ao ano.

N. – Auxiliar:

As formações são em auditórios com fonoaudióloga, psicóloga, entre vários assuntos abordados sobre espectros do autismo, como ajudar nas tarefas, higiene, sobre as leis da criança e do adolescente e o direito à alfabetização de toda criança.

L. A - Auxiliar:

Optou por não responder.

R B – Auxiliar:

As formações também sofrem constantes adaptações com relação às formas conformes são organizadas. No começo aconteciam aos sábados com duração de 4 horas mensalmente. Depois passaram a ser semestrais, julho e janeiro, no período de férias dos alunos, com duração de 20 horas (cinco dias de formação dependendo da regional). As coordenadoras da inclusão organizavam slides com temas variados, desde informações específicas como autismo, síndrome de *down* (era a mais comum), paralisia cerebral ate

informações administrativas e burocráticas. São formações cansativas, repetitivas, pouco dinâmicas. Às vezes os encontros eram com especialistas (fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, enfermeiras) que no caso, eram bem mais produtivas para o exercício da função.

L. S. - Auxiliar:

Cursos através da MGS direcionados pela SMED.

L. A - Auxiliar:

Através de Cursos da MGS direcionados pela SMED.

VIII. Você acha satisfatórias essas formações?

L. – Auxiliar:

Pode melhorar.

N. – Auxiliar:

Os assuntos são bons, mas a realidade é outra.

L. A - Auxiliar:

Optou por não responder.

R B – Auxiliar:

Não muito. As formações muitas vezes repetitivas, pouco dinâmicas, cansativas, muitos slides com termos muitas vezes específicos para a área da medicina, pouca prática e muita teoria. Foram satisfatórias quando eram feitas por profissionais específicos, que atuavam com os alunos deficientes em outros ambientes, que eram preparados para transmitir a informação, principalmente com relação ao trato com essas crianças.

L. S. - Auxiliar:

Sim. Poderia ter nos ensinado na prática algumas coisas que só temos a teoria.

N. B - Auxiliar:

Sim. Poderia ter incluído mais prática de algumas coisas que só são nos ensinadas na teoria.

IX. O que poderia ser mudado?**L. – Auxiliar:**

Optou por não responder.

N. – Auxiliar:

Optou por não responder.

L. A - Auxiliar:

Optou por não responder.

R B – Auxiliar:

Mais contato com profissionais capacitados que conheçam as especificidades dos alunos, a troca de informações, o diálogo, a orientação para a escola e a capacitação para o professor (prática).

L. S. - Auxiliar:

Optou por não responder.

N. B - Auxiliar:

Optou por não responder.

X. Como é o seu trabalho junto com as professoras?**L. – Auxiliar:**

Conseguo me relacionar bem com todas que trabalho.

N. – Auxiliar:

Gosto bastante do que faço, foi uma das melhores experiências até hoje, trabalhar com o próximo sei que tem dias fáceis e dias turbulentos mais sempre dando o meu melhor tentando compreender o mundo das crianças autistas, crianças que muitas das vezes quer carinho e atenção, amo o que faço isso me faz saber que apesar de nossas diferenças somos todos iguais e que sempre precisaremos uns dos outros faço da melhor maneira que consigo, quando não consigo peço ajuda a quem estiver ao meu redor, no entanto me dedico com muita fé e com força e persistência chegamos lá, porque a caminha e longa.

L. A - Auxiliar:

Sempre acompanho a professora, melhorando o aprendizado e observando o comportamento.

R B – Auxiliar:

O professor muitas vezes também se torna uma barreira para o desenvolvimento das funções do auxiliar porque não entende que na sala de aula são 19 mais um, e sim 20 alunos.

L. S. - Auxiliar:

Produtivo, pois procuro auxiliá-las em tudo que posso. Acredito que seja com satisfação.

N. B - Auxiliar:

Com prazer e satisfação.

XI. E como você acha que elas vêem o seu trabalho?**L. – Auxiliar:**

Optou por não responder.

N. – Auxiliar:

Optou por não responder.

L. A - Auxiliar:

Optou por não responder.

R B – Auxiliar:

Não tenho nada a reclamar de como meu trabalho é visto. Mantenho o foco no aluno e o seu bem estar na escola, o que acaba refletindo fora também. Acho que é o quê os professores esperam do auxiliar, a parceria.

L. S. - Auxiliar:

Acredito que com satisfação.

N. B - Auxiliar:

Com satisfação.

6.3 ALGUMAS ANÁLISES

Com relação à direção da escola, coletou-se que a respondente trabalha na rede desde 2004 e que, em 2011, assumiu a direção da UMEI, hoje EMEI. Em suas respostas, ela relata que inicialmente o trabalho das auxiliares era desenvolvido por estagiários contratados pela PBH, depois foram contratadas pessoas pelas Caixas Escolares e agora pela MGS; e ela diz que a função mudou, pois agora são Auxiliares de Apoio ao Educando. Ou seja, ela pauta a mudança a partir da nomeação.

A função iniciou-se com estagiários, que depois passaram a ser contratados pela Caixa Escolar, entre 2007 e 2008, e, a partir de 2019, o contrato ficou a cargo da terceirizada de serviços MGS.

No que diz respeito às suas funções, as Auxiliares de Apoio ao Educando, segundo suas respostas, seriam: contribuir para o bom andamento da rotina e do trabalho pedagógico, auxiliando as crianças em suas necessidades de higiene, alimentação, locomoção, realização das atividades pedagógicas; além de outras funções que se fizerem necessárias, embora não especificarem qual seria esse trabalho. Em relação ao que não se pode fazer, diz respeito ao comportamento que todos deem ter com as crianças, referente ao cuidar e educar. Comportamentos inadequados ao ambiente de trabalho, maus tratos para com as crianças e outros que dificultem ou atrapalhem o ambiente de trabalho – palavras citadas por elas.

Percebeu-se que elas acreditam que não há diferença nesta função quando se refere ao ensino fundamental. Apenas a necessidade de dar banho nas crianças. E todas parecem não ter dúvidas em relação as suas funções.

Quanto às reclamações ou queixas entre as profissionais (professoras e auxiliares), estas parecem ser mais do campo do relacionamento entre as profissionais, do que em relação ao trabalho em si; e que da mesma forma as queixas das auxiliares também se referem, na sua maioria, ao comportamento das colegas.

Percebe-se que durante as respostas dadas no questionário, vários modos e perfis de contratações passaram por todos os tipos de exigências. Inicialmente, a tarefa da auxiliar era ser responsável por apenas aquele aluno com deficiência, e mais tarde ela passou a ser da sala. Houve várias mudanças como nomenclaturas e formas de contratação, de modo que a função parece carregar vícios dessa história confusa.

Percebe-se professores remetendo a outros tempos; e que “ouviu falar” que elas podem ou não podem, quando na verdade teriam que ter certeza quais são as funções das Auxiliares.

Não existe um documento regulador disponibilizado para os professores e em local de fácil acesso, onde poderiam consultar em caso de dúvidas sobre a função das Auxiliares.

Percebe-se que as auxiliares têm as funções definidas, mas não inflexíveis. Têm uma flexibilização em função da natureza do trabalho. Essa flexibilização é o que permite a negociação, permite tratar a exceção e permite a invenção. Mas também permite que haja desentendimento de informações, o que acaba produzindo conflitos na função.

Elas queixam das formações que tratam de deficiências específicas e cuidados. Propõem que os cursos trabalhem a prática das rotinas desenvolvidas por elas e não só teoria. Talvez possamos pensar que tais formações possam contemplar a temática do trabalho colaborativo, a parceria entre professoras e Auxiliares.

Talvez possamos também inferir que é de grande importância à realização de uma reunião proposta pela direção, com professoras e auxiliares, para tratar sobre as funções destas últimas, toda vez que mudar o quadro de profissionais da escola; ou toda vez que estas funções sofrerem modificações.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou desenvolver uma pesquisa sobre quais seriam as funções das Auxiliares de Apoio ao Educando e quais seriam os motivos para as divergências entre elas e as professoras. Os questionários possibilitaram que as Auxiliares e professoras relatassem o que consideravam ser ou quais eram seus conhecimentos sobre as funções da Auxiliar de Apoio ao Educando e a importância de ter um profissional que auxilie aos alunos, dentro e fora da sala de aula.

Sabemos que o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos em diversos ambientes, emocionais, cognitivos, psicomotores, sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança. Para falar de inclusão devemos nos lembrar da Conferência Mundial de Salamanca, ocorrida na Espanha, um dos principais documentos que traçou planos para oportunizar as pessoas com deficiência a entrarem no sistema regular de ensino.

Para isso é preciso que as funções da AAE estejam claras. Para tal é de suma importância que o documento onde contenha suas funções da AAE de fácil acesso para que todos possam consultar, e assim não haver dúvidas e nem conflitos.

Portanto, se o objetivo é o aluno, não deve existir aqui o “achismo” ou várias interpretações em relação às funções. Deve haver, no ambiente escolar, um clima de trabalho colaborativo e que todos foquem no objeto “aluno” e no seu desenvolvimento. Enfim, para que isso aconteça, é necessária uma formação continuada ou em serviço, conjunta, com professoras e Auxiliares, de modo a minimizar os desencontros da comunicação.

Podemos concluir que a luta por uma verdadeira inclusão é trabalhosa, mas, é necessário iniciá-la, uma vez que o sucesso desta inclusão educacional e social do aluno com deficiência depende e merece nossa atenção e do trabalho organizado e em equipe.

8 REFERÊNCIAS:

ARANHA, M. L. A. **História da Educação**. 2. Ed. São Paulo: Moderna, 2005.

BRASIL, **Conferências do Fórum Brasil de Educação**, Brasil, 2004, p. 322.
<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000284.pdf>,
 Acessado em: 05/04/2019.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DE 1989**.

https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/91972/Constituicao-Federal-de-1988#art-208_inc-III,
 Acessado em: 07/09/2019.

BRASIL. **Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação**. Resolução n 4 de 2 de outubro de 2009.

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf,
 Acessado em: 10/07/2019.

BRASIL, **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Revista da Educação Especial: v4, nº 1, Janeiro/Junho 2008**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revinclusao5.pdf>,
 Acessado em: 25/04/2019.

LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. **Capítulo IV – Do direito a educação**

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm,
 Acessado em: 02/10/2019.

MINISTERIO DA EDUCACAO. **CONSELHO NACIONAL DE EDUCACAO, CONSTITUIÇÃO DE 1989**.

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf,
 Acessado em: 12/08/2019.

MOUSINHO, R. Gikovate C. **Revista Psicodogogia**, 2010, 27 (82): 92-108.

PDE. Portal do MEC: **Plano de Desenvolvimento de Educação**, p. 9, 2007.
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro.pdf>,
Acessado em: 10/11/2019.

PNNE. Portal do MEC: **Política Nacional de Educação Especial, 1994**.
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduespecial.pdf>,
Acessado em: 23/11/2019.

Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, **Decreto Nº: 6.571, de 17 de setembro de 2008**.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm,
Acessado em: 30/11/2019.

RODRIGUES, Ana Paula Neves 1. LIMA, Cláudia Araújo de, **A história da pessoa com deficiência e da Educação Especial em tempos de inclusão**.

SALAMANCA. **Declaração de Salamanca**, 1994, Ebenezer, Takuno de Menezes – 2001.
<https://www.educabrasil.com.br/declaracaodesalamanca>,
Acessado em: 07/12/2019.

SEESP/MEC. Brasília: MEC, **Secretaria de Educação Especial**. 2006. Disponível em
http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const_escolasinclusivas.pdf,
Acessado em: 05/12/2019.